

Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais

João Medina

Referindo-se aos novos diplomatas que a República colocara nas principais capitais estrangeiras, a *Ilustração Portuguesa* considerava que a escolha de Manuel Teixeira Gomes fora acertada: «Pela sua cultura vastíssima, pela distinção natural de *gentleman*, pelos requintes de um espírito de inextinguível brilho, o Sr. Teixeira Gomes será como nosso ministro em Londres o que os ingleses chamam *the right man in the right place*»⁽¹⁾. E logo acentuava que o novo regime colocara em lugares diplomáticos quatro escritores (que eram: além do citado autor de *Sabina Freire*, o poeta Guerra Junqueiro, na Suíça, Abel Botelho, na Argentina, e João Chagas, em França). Em carta a este último, o próprio Teixeira Gomes contava a impressão que ali fizera, entrando com o pé direito e dando aos britânicos a «surpresa de encontrarem alguém com *maneiras*, falando sem servilismo nem *morgue*, exprimindo-se com clareza e sinceridade, argumentando sem sofismas, embora com energia (...)»⁽²⁾. A Inglaterra era de facto peça fundamental nas relações externas portuguesas, tão secularmente dependentes já da nossa velha aliada e ainda mais isoladas internacionalmente desde a implantação de um regime republicano numa Europa esmagadamente dinástica e conservadora. Teixeira Gomes apercebia-se agora melhor, olhando-nos das margens do Tamisa, como estávamos ainda mais de-

pendentes daquela Albion que a propaganda republicana, sobretudo desde o trauma do Ultimato em 1890, identificara com o estrangeiro maléfico e cobitoso das nossas colónias e cabedais, concluindo: «serão precisos dezenas de anos de administração modelar para nos libertarmos da sua tutela, se é que isso é realizável»⁽³⁾.

Homem de letras e homem de negócios, espécie de gideano sibarita, «*jouisseur*» pouco atento à política e de todo alheio às pugnas temporais dos seus pares alistados na militância partidária dos finais da monarquia, ingressado no pessoal do novo regime saído do golpe da Rotunda, em 1910, sobretudo por via das amizades de um Relvas, de um Chagas ou de um Camacho, o escritor algarvio viu-se indicado para Londres pelo irascível médico que pontificava no partido do largo do Calhariz. Era então ministro da diplomacia Bernardino Machado, que parece não ter tido grande estima pelo autor de *Agosto Azul*. Sabemos também, pela correspondência de Teixeira Gomes, que este desprezava o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, referindo-se-lhes nestes termos: «trocatintas(...), trapalhão que se em vez de traficar em política negociasse em qualquer ramo de comércio não obteria crédito de um pataco por parte de pessoa que se prezasse de ser honrada»⁽⁴⁾.

1. Um literato atirado para a diplomacia

Nascido em Portimão em 27 de Maio de 1860, Teixeira Gomes era filho de um comerciante abastado que vivera em França, onde assistira à revolução de 1848, e neto de um outro algarvio que participara na batalha de Waterloo⁽⁵⁾. Os pais destinavam-no à carreira médica, projecto que nunca viram realizado. Aos dez anos chegava Manuel Teixeira Gomes a Coimbra para cursar preparatórios no seminário, onde esteve cinco anos. Aos dezasseis anos inscreve-se na Faculdade de Medicina⁽⁶⁾. Desses tempos junto ao Mondego data uma amizade que lhe vai ficar estreitamente vinculada à trajectória política, a do estudante de Leis José Relvas, nascido em 1858. Mas o algarvio nunca se havia de licenciar, preferindo aos tratados de anatomia os *Reisebilder* de Heine. Volta para Lisboa, convive com Fialho de Almeida, que em 1877-1878 frequentou a Escola Politécnica, ali tirando os preparatórios de medicina, matriculando-se na Escola Médico-Cirúrgica em 1879 e formando-se em 1885. Foi em Lisboa que estes dois escritores acamaram, como lembra um frequentador do cenáculo literário onde o futuro autor d'*Os Gatos* e o prosador de *Gente Singular* estreitaram relações: segundo Fortunato da Fonseca, Teixeira Gomes aparecia nessa tertúlia cheio de «spleen», com «teorias extravagantes sobre o universo, altivo no seu uniforme de caçadores, fumando Bird's Eye num cachimbo de gesso»⁽⁷⁾. A presença de Teixeira Gomes na capital devia-se, na verdade, mais à necessidade de cumprir os seus deveres militares do que a um persistente projecto de se formar num curso superior. Dessa estada na capital datam ainda as suas idas à Biblioteca Nacional e algumas amizades literárias, como a que o une a outro algarvio, o poeta João de Deus. Terminado o serviço militar, Teixeira Gomes vai para o Porto, relaciona-se com Bruno, Basílio e outros intelectuais e artistas nortenhos. O pai via assim definitivamente gorados os sonhos de fazer do filho um médico. Politicamente, Teixeira Gomes não se mostrava particularmente empenhado nas refregas seculares, costumando indagar junto dos caudilhos republicanos da altura: «— Então, quando é que fazem Vocês essa República?»⁽⁸⁾.

Estreara-se na *Folha Nova*, no Porto, mas não se desligara dos negócios paternos, já que o vemos, durante os vinte anos que se seguem, a viajar pela Europa em afazeres mercantis, visitando a Espanha, a França, a Itália, a Bélgica e ainda o Norte

de África e o Levante, chegando até à Ásia Menor, sempre no seu afã de colocar nos mercados estrangeiros os figos secos da empresa paterna, a que se associaram entretanto outros negociantes portimonses, alguns dos quais nobilitados pela monarquia que se aproximava no seu ocaso.

Quando, em 1923, o seu nome for proposto pelo Partido Democrático — e sobretudo pelo seu chefe exilado, Afonso Costa — para a chefatura do Estado português, o implacável jornalista monárquico Rocha Martins faria nos seus *Fantoches* um retrato cruel deste antigo comerciante e literato talentoso atirado para a diplomacia e, por fim, guindado à magistratura suprema, exemplo mesmo daquilo que o ex-franquista e ex-sidonista autor das *Memórias sobre Sidónio Pais*, em consonância aliás com as críticas dos seareiros, considerava o exemplar conluio entre as instituições republicanas e a finança, aqui sob a forma de uma firma algarvia que exportava figos secos. Ouçamo-lo:

«Manuel Teixeira Gomes é o autor de *Agosto Azul*, afilhado do Calhariz e negociou em figos e tomates do Algarve mal se instalou em Londres, onde também é ministro português (...). Eis o homem e os seus empregos. Enquanto à fisionomia apresenta a de um indivíduo carrancudo e de barba espigada que quer parecer à Guise mas na realidade, apenas é crescida como homenagem ao seu patrono, o senhor Brito Camacho. Houve um tempo em que no unionismo ninguém se escanhava mais de uma vez por semana»⁽⁹⁾. De facto, a amizade de Brito Camacho, cuja *Luta* o escritor frequentara nos últimos tempos da monarquia, valera a Teixeira Gomes a sua entrada na carreira diplomática, sendo apadrinhado ainda pelo panfletário das *Cartas Políticas*, mau grado, como se disse já, a hostilidade de Bernardino Machado. Era, na altura, do largo do Calhariz que se partia para Londres, Madrid, Berna, Roma, Paris, etc. — politicamente falando, dado o peso do ex-médico militar no sector dos Negócios Estrangeiros; ficaram ainda a dever a Brito Camacho os seus postos homens como Augusto de Vasconcelos, Relvas, etc.

Em 1891 o pai de Teixeira Gomes formara uma firma exportadora de frutas secas, o «Sindicato dos Exportadores de Figos do Algarve», de sociedade com Salvador Vilarinho, José Duarte de Almeida, José Joaquim Serpa e outros ainda. Por morte do pai teve Teixeira Gomes de assumir responsabilidades directas na firma que já vinha servindo como infatigável viajante em terras estranhas. Ao mesmo tempo preparava os seus primeiros livros, estrean-

do-se em 1899 com *Inventário de Junho*, ao qual se seguiriam *Cartas sem Moral nenhuma* (1903), *Agosto Azul* (1904), *Sabina Freire* (1905), *Gente Singular* (1909), etc. Quando eclodir a revolução republicana, Teixeira Gomes é já um homem maduro, que dobrou os cinquenta anos e publicou meia dúzia de livros. Viajou muito, calcorreou mundo, cultivou-se, estabeleceu relações pessoais e políticas de grande relevância, e é pai de duas crianças, uma delas nascida pouco antes do 5 de Outubro. A República chama-o a Lisboa e fá-lo entrar no pessoal dirigente do novo regime.

Se a proposta de nomeação de Teixeira Gomes para Londres deparara com a reserva de Bernardino Machado e a sugestão divergente de Chagas que o via antes em Madrid (para onde foi mandado Augusto de Vasconcelos e, depois, José Relvas), a verdade porém é que o próprio ministro inglês em Lisboa teria acolhido com agrado a sugestão de se enviar para Inglaterra o escritor algarvio⁽¹⁰⁾. O facto é que a 3 de Abril de 1911 partia o portimonense para Londres, ali chegando a 7 desse mês, apresentando-se ao «Foreign office» a 10. A missão que o esperava era das mais árduas, no plano internacional, que a República tinha de enfrentar: somava-se à hostilidade da corte inglesa a presença na própria Inglaterra do jovem soberano lusitano, destronado ainda antes de atingir a maturidade, em 1910, sem contar com o ascendente pessoal que nos meios políticos, e até na própria família real britânica, gozava ainda o derradeiro representante da monarquia deposta, o marquês de Soveral, nosso ministro em Londres desde 1891. Tudo concorria, assim, para dificultar a acção do nosso escritor, representante de um regime saído de uma revolução popular, dotado de instituições tão dissonantes nessa Europa monárquica de onde divergiam apenas dois países, a França e a Confederação Helvética — e agora o pequeno Portugal «jacobino», olhado com desconfiança pelas chancelarias estrangeiras. Só a 11 de Outubro de 1911, no termo de uma complexa e áspera batalha política, tanto interna como externa — e gorada de modo expressivo o tentame de Paiva Couceiro em demolir pelas armas o novo regime antes de as potências terem de se pronunciar sobre a sua normalidade constitucional e institucional após a eleição da Assembleia, a do Presidente da República, a aprovação de uma Constituição e, sobretudo, a nomeação de um governo constitucional (o primeiro seria aliás presidido por um diplomata, João Chagas), podia enfim o nosso regime obter da mais velha aliada o reconhecimento

«de jure» que lhe era tão vital no plano internacional.

E já que mencionámos o infortunado chefe do primeiro Governo constitucional da República, recordemos que este, no seu ácido *Diário*, garante que, embora tivesse recomendado Teixeira Gomes para a diplomacia, o preferia em Madrid:

«Fui eu o primeiro que em Portugal lembrou este Teixeira Gomes para diplomata. Quando veio a República, era tão pequeno o número de pessoas de boas maneiras ao seu serviço, que eu lembrei-me dele, posto o não visse há muitos anos, por ter ideia de que era um rapaz inteligente, artista, ou vagamente artista, um pouco *poseur*, o que não prejudicava o caso e que não se arranjava mal. Lembrei-o ao Bernardino Machado, que o mandou vir de Portimão e não gostou dele, por lhe parecer impertinente ou desrespeitoso. O amor próprio do Bernardino Machado não suporta aparências altivas, mas enfim lá o aceitou. Como sempre, porém, fez uma tolice e em vez de o colocar em Madrid, onde ele não estaria muito fora do seu lugar, no meio um pouco cigano de Espanha, colocou-o em Londres, onde está inteiramente *déplacé*. Londres reclamava um homem grave. O Teixeira Gomes é uma espécie de Óscar Wilde, com alguns vícios deste e sem o seu talento. É um céptico e, sem injustiça, um cínico. Ri constantemente, mostrando uns dentes de coelho. Não é feio homem, mas falta-lhe nobreza. Os seus cabelos e a sua barba são brancos, mas não inspiram respeito. Parece um clown enfarinhado (...). O Teixeira Gomes corresponde-se activamente com os seus amigos, no que faz excepção aos portugueses, que têm horror à palavra escrita, e é amigo de Brito Camacho, a quem pôs naturalmente ao corrente dos *segredos de chancelaria*»⁽¹¹⁾. Este retrato, particularmente injusto e cruel, como muito do que deixou vitriolicamente consignado nas páginas do seu *Diário*, traz a data de 20 de Agosto de 1914, pertencendo já, portanto, ao período difícil em que o nosso País jogava a sua participação no conflito europeu que estalara pouco tempo antes. Nesta partida teria Teixeira Gomes um papel complexo e que se prestaria a interpretações polémicas que naturalmente lhe valeram dissabores⁽¹²⁾. Quanto ao retrato de Teixeira Gomes por Chagas, note-se que o retrato teve oportunidade de fazer conhecer a sua opinião sobre o retratista e a sua obra, confidenciando a um amigo: «É uma caricatura rancorosa, na qual ele pôs quanto fel trazia represado, pela inveja que lhe causava a minha despreocupada

aparência de felicidade (com que castigo os meus mais ferozes inimigos), e aquilo a que ele próprio chamava «as minhas vitórias diplomáticas», atribuindo-as à boa estrela que me guiava. Não me parece que a caricatura saísse famosa, apesar do trabalho, bem patente, de composição e execução, mas a envergadura artística do Chagas não chegava para mais (...)» (13). Sem entrarmos nos meandros deste despique de melindres pessoais (e literários), que aliás pouco interessam à história propriamente dita, retenhamos antes o papel particularmente árduo que Teixeira Gomes teria de desempenhar no seu posto londrino durante a tormenta mundial em que Portugal acabaria por se engolfar a partir da declaração explícita de beligerância, feita pela Alemanha a Portugal em Março de 1916. O que em seguida pretendemos historiar decorre precisamente dessa actuação e do conflito que estalará entre o nosso ministro em Londres e o chefe da revolução de Dezembro de 1917.

2. O conflito entre Sidónio Pais e Teixeira Gomes

A revolução chefiada pelo major Sidónio Pais triunfou a 8 de Dezembro de 1917. Nesse mesmo dia era recebido em Londres um telegrama comunicando que um movimento revolucionário «retintamente republicano saiu vitorioso» (14). Doze dias mais tarde, Teixeira Gomes enviaria para o novo Governo saído da revolução antidemocrática um memorando recapitulando o texto do referido telegrama, bem como o teor de um outro, assinado pelo «Comandante em Chefe das Forças revolucionárias no Parque Eduardo VII», isto é, Sidónio Pais, onde se insistia na manutenção fiel de «todos os compromissos tomados em nome da nação e reputando a secular aliança com a grande nação inglesa base da vida do país no concerto das nações» (15). O mesmo ofício transcreve ainda dois outros telegramas emanados da Junta Revolucionária e assinados pelo seu presidente, Sidónio Pais. Esclarece depois Teixeira Gomes que deles dera imediato conhecimento ao «Foreign Office», onde os leu a Sir R. Graham, subsecretário de Estado, tendo depois telegrafado, a 11 de Dezembro, para o novo Governo em Lisboa, dizendo o que se segue:

“Senhor Sidónio Pais
Presidente Junta Revolucionária Lisboa

Tenho lido no Foreign Office todas comunicações de V. Ex.^a acentuando bem suas decla-

rações sobre aliança e compromissos internacionais tomados em nome nação.

Portuguese Minister London” (16).

O mesmo ofício de Teixeira Gomes, inventário de toda a correspondência oficial trocada telegraficamente com o novo Governo lisboeta, passa depois a transcrever outros textos recebidos na nossa legação em Londres, expedidos pelo dirigente da nova situação política portuguesa: um sobre as eleições, que se deviam realizar para eleger novo Congresso (telegrama de 12-XII-1917, recebido no dia seguinte) e outro ainda informando que Bernardino Machado fora destituído do cargo de Presidente da República por não ter cumprido «a missão que lhe competia dar unidade moral correntes opinião política nacionais em termos assegurar labor fecundo útil», pelo que a Nação teria perdido a confiança no «eleito extinto congresso República» (telegrama de 13-XII-17) (17). Este último telegrama terminava pedindo a Teixeira Gomes que informasse o chefe da revolução dezembrista «com urgência impressão fizeram acontecimentos esse Governo e opinião pública e da opinião de V. Ex.^a sobre atitude desse Governo. Peço ainda que me tenha ao corrente de tudo o que for ocorrendo sobre a questão» (18). Responde Teixeira Gomes, no mesmo dia 13 de Dezembro, que o Governo britânico de tudo fora informado e que «recebera com muita satisfação afirmações relativas compromissos tomados em nome da nação e ordenando que continue amigavelmente as relações oficiais com Junta Revolucionária para expediente negócios correntes até que Governo que se formar receba sanção nacional. Quanto à última parte do telegrama de V. Ex.^a Governo inglês tem-se abtido de manifestar quaisquer impressões sobre acontecimentos sem dúvida para evitar que se suponha haver da sua parte intenção de influir nossos negócios internos. Imprensa tem-se limitado registar acontecimentos dando apenas relevo às afirmações de serem mantidas (*sic*) compromissos para com Aliados. Quanto à impressão pessoal do elemento oficial consta-me que é penosa por haver ainda pouco tempo que o Dr. Bernardino Machado aqui recebeu por parte do Chefe de Estado e Governo Inglês grandes provas de consideração e simpatia. Continuarei comunicando a V. Ex.^a o que ocorrer.

Portuguese Minister London» (19).

Este telegrama deve ser confrontado com dois factos ocorridos na altura. O primeiro foi a visita

oficial que o Presidente da República deposto pelo golpe sidonista, Dr. Bernardino Machado, fizera à Inglaterra em Outubro de 1917, tendo sido recebido na altura pelo rei Jorge V (18-X-1917), deslocando-se depois aos acampamentos portugueses em Winchester e Horshon, partindo finalmente da Grã-Bretanha no dia 21 de Outubro, em direcção à Bélgica. O nosso Presidente estivera antes em França, de 8 a 17 de Outubro, chegando a Inglaterra a 17 desse mês e ficando hospedado no Hotel Ritz⁽²⁰⁾. Sobre o périplo francês do Presidente e a burlesca deslocação à frente de batalha deixou João Chagas colorido relato no seu diário⁽²¹⁾. Por outro lado, convém recordar que o vencedor de Dezembro de 1917 foi prontamente visitado pelo chefe da Missão militar inglesa em Lisboa, general Bernardiston. A *Ilustração Portuguesa* mostra-nos o tom cordial dessa visita do adido inglês às forças ainda acantonadas no Parque Eduardo VII e no quartel de artilharia de Campolide: lado a lado com os rebeldes vitoriosos, entre os quais o almirante Machado Santos — até pouco tempo antes preso no palácio episcopal do Fontelo por ter dirigido a sublevação de 13 de Dezembro do ano anterior —, os ingleses fizeram-se acompanhar de suas esposas⁽²²⁾.

Voltando ao longo officio de 20 de Dezembro, encontramos seguidamente a transcrição de vários outros telegramas recebidos em Londres ou dali expedidos. O de 14 de Dezembro comunica ao nosso ministro em Londres a formação do novo Governo e o da véspera, 13 de Dezembro, insiste em afirmar que nada se recebeu em Lisboa, de proveniência britânica, desde a constituição da Junta Revolucionária, ignorando-se assim se o nosso representante na Inglaterra o teria comunicado ao Governo inglês, pelo que se sublinha: «(...) preciso saber qual a atitude de V. Ex.^a perante a mudança política determinada pelos recentes acontecimentos revolucionários e se acata o novo Governo constituído. Peço resposta imediata»⁽²³⁾. Era difícil usar de tom mais cominatório. A 14 de Dezembro, Teixeira Gomes telegrafa dizendo que já respondera ao que lhe era pedido no telegrama do dia anterior e que nesse mesmo dia telegrafara a Sidónio Pais informando-o de que tinha posto o Governo inglês ao par da nova situação política em Portugal insistindo na manutenção, pelo lado português, dos compromissos internacionais assumidos pela Nação⁽²⁴⁾.

A 16 de Dezembro, Sodónio Pais volta a telegrafar a Teixeira Gomes:

«É necessário desmentir com energia insinuações tendentes a desvirtuar objectivo revolução Portuguesa cujo carácter e intuitos foram definidos em todas proclamações e documentos emanados Junta Revolucionária e novo Governo bem como nos telegramas dirigidos às Legações movimento foi e é absolutamente Republicano inteiramente fiel a Aliança Inglesa e a causa Aliados sem ligação de nenhuma espécie com elementos estranhos Espanhóis ou outros!»⁽²⁵⁾. O fantasma da germanofilia do novo regime nascido com a revolução do 5 de Dezembro, ou até a mera suspeita de uma atitude neutralista parecida com a do Governo espanhol, levavam Sidónio a insistir de modo tão enérgico na necessidade de informar os ingleses do nosso desejo de respeitar a escolha intervencionista que se tornara, desde 1915, nossa clara opção internacional. Os gritos de «Abaixo a guerra!» com que tinha começado o 5 de Dezembro e o facto de a revolução sidonista ter como ponta de lança regimentos escalados para partirem para a frente — e que assim se viam libertos do espectro da guerra, oscilando entre o tal «mentira» e o «medo», dilema no qual Ferreira do Amaral resumia a nossa atitude diante do calvário da Flandres⁽²⁶⁾ — tornavam o dezembrismo internacionalmente suspeito aos olhos dos Aliados, sendo assim necessário tranquilizá-los no tocante à nossa aparente fidelidade aos compromissos adoptados pelos intervencionistas e aliadófilos dos governos anteriores. Apressado em desembaraçar-se do labéu de germanófilo ou neutralista, o chefe da revolução de 1917 instava assim o nosso representantes em Londres a garantir aos ingleses aquilo em que ninguém parecia acreditar, tanto em Lisboa com fora dela: a nossa promessa de nos mantermos ao lado da beligerância aliada; o que os factos subsequentes dramaticamente viriam desmentir, como depois tão largamente se escreveu⁽²⁷⁾. Como irónica e lapidarmente o sintetizara Jaime Cortesão ao evocar o significado dado na Europa ao golpe de Dezembro em Lisboa: «— *C'est la prise de Lisbonne par les Allemands*»⁽²⁸⁾. Era esta brutal tradução que Sidónio a todo o custo queria que não se fizesse lá fora, tanto em Paris como em Londres. Em Paris teria ele que depor o aliadófilo intransigente que ele servira em 1911, no primeiro Governo constitucional da República — João Chagas. Em Londres encontrava o reticente Teixeira Gomes, incapaz de fazer aquilo que Chagas fizera já por ocasião da ditadura — também germanofilizante de Pimenta de Castro —, ou seja, demitir-se prontamente por

telegrama. Teixeira Gomes abstinha-se de dar uma opinião sobre o novo regime — e também não tomava a iniciativa de romper frontalmente com uma ditadura aventureira que ia tomando, aos olhos do mundo, o cariz de uma autêntica deserção da causa aliadófila.

A 17 de Dezembro, Teixeira Gomes telegrafava a Sidónio Pais esclarecendo que a imprensa inglesa não era hostil ao novo Governo de Lisboa, parecendo assim reflectir a benevolência do Governo inglês em relação à revolução de Dezembro; e informa que mandou à imprensa uma nota esclarecendo que a Junta Revolucionária declarava «solememente que cumprirá compromissos tomados em nome nação e manterá com toda a energia sua atitude na guerra ao lado dos Aliados»⁽²⁹⁾. E pede a Sidónio que confirme que as eleições se fariam em Fevereiro. No seu officio, Teixeira Gomes acrescenta que os principais jornais ingleses, como o *Times*, publicaram essa nota, juntando o recorte; e insiste em afirmar que nem o Governo inglês nem a imprensa «manifestaram qualquer sentimento de hostilidade ao actual Governo português e as suas declarações categóricas sobre a nossa atitude na guerra ao lado dos Aliados foram muito bem recebidas»⁽³⁰⁾.

Sidónio Pais, que, na opinião de um investigador espanhol nesta matéria, teria contemplado seriamente o projecto de uma aliança com a Espanha⁽³¹⁾, sentia-se na necessidade de aquietar os receios ingleses de ver Portugal repensar o seu esquema de alianças tradicionais. Desde 9 de Dezembro, ou seja, logo a seguir ao triunfo da revolução, o caudilho dezanista notificava o corpo diplomático do seu intento de manter os compromissos internacionalmente assumidos pela Nação portuguesa. O facto porém, é que, desde 8 de Dezembro, o ministro espanhol em Lisboa informava Madrid de que os seus colegas inglês e francês mostraram empenho em assegurar-lhe que «o movimento foi germanófilo e inspirado pela Alemanha»⁽³²⁾.

No último dia do ano de 1917, Teixeira Gomes remete para Lisboa outro officio fazendo o ponto das suas relações com as novas autoridades portuguesas, desta feita a propósito da situação na África oriental; neste officio, refere-se o nosso ministro em Londres ao telegrama de Sidónio Pais de 19 desse mês acerca da cooperação com os ingleses para desembarque em Porto Amélia, em Moçambique⁽³³⁾, bem como o importante telegrama que Sidónio Pais lhe remete nesse mesmo dia, esclare-

cendo o caso da demissão de Bernardino Machado, e alegando que esta se fizera de acordo com a Constituição da República em vigor (artigo 38.º, parágrafos 2 e 3)⁽³⁴⁾. A mesma destituição é objecto de outro telegrama, no dia seguinte, 20 de Dezembro, onde o nosso chefe do Governo explica que o Presidente da República aceitara a demissão e a Junta Revolucionária assumira a totalidade dos poderes do Estado, cabendo ao Governo nomeado pela Junta — constituído a 11 de Dezembro, e no qual Sidónio acumulava as funções de Presidente do Ministério com as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros⁽³⁵⁾ — o exercício da plenitude do poder executivo⁽³⁶⁾.

Mas a fricção entre o novo chefe do Governo e o nosso ministro em Londres não ficaria por aqui, antes se iria agravando, pois nesse mesmo dia, ou seja, a 20 de Dezembro, Sidónio Pais telegrafa afirmando que a última parte da nota de Teixeira Gomes à imprensa era «absolutamente inexacta» e não tinha «o mínimo fundamento»⁽³⁷⁾:

«Magistratura presidencial não foi substituída por nenhuma Junta Governo exerce plenitude poder executivo nos termos expressos constituição República Portuguesa, artigo 38.º, parágrafos 2 e 3. Recomendo desfazer o equívoco que seria inconveniente qualquer que fosse a sua origem e que baseado nota officiosa Legação pode ter gravidade»⁽³⁸⁾.

A este telegrama responde Teixeira Gomes, a 22 de Dezembro:

«Foi com efeito redacção telegrama de V. Ex.^a 12 de Dezembro que provocou confusão agora esclarecida com informações precisas contidas no telegrama 94 de V. Ex.^a de 20 de Dezembro mas as minhas informações imprensa dia 18 de Dezembro foram feitas em termos cautelosos e tais que facilmente pude agora definir situação numa nova nota que jornais publicaram hoje afirmando independência poder judicial e explicando que Governo Português assumia plenitude poder executivo conforme constituição»⁽³⁹⁾.

Um outro telegrama de Sidónio Pais, com data de 23 de Dezembro, pede a Teixeira Gomes que desmintas onde fosse necessário que o Governo da República estivesse em relações com o Ministro dos Estrangeiros por intermédio de funcionários subalternos. E acrescenta: «Ministros Inglaterra, France (*sic*), Itália em relações directas com Go-

verno desde 16 ou 17 corrente, data em que responderam minha nota de 12 comunicando composição Gabinete vindo imediatamente em seguida avistar-se comigo no Ministério. Actos que o Governo pratica relativos participação na guerra não podem ser dados público, mas rapidez estabelecimento relações com Aliados e seu prosseguimento comprovam inaniidade imputação germanófila. Triunfo revolução e restabelecimento ordem foram simultâneos, restaurando-se a seguir liberdade de imprensa que não existia de facto e suprimindo-se até censura jornais, que impedia toda crítica política. Toda comparação entre anarquia Russa e Revolução Portuguesa, de objectivos diametralmente oposto e resultados absolutamente contrários é pelo menos imbecil» (40).

O officio-inventário de Teixeira Gomes termina referindo o envio de um recorte de *Times*, de 22 desse mês, com a aclaração referida nessa mesma data em telegrama para Lisboa. Em suma, conclui Teixeira Gomes no seu relatório, «nada se tem publicado aqui que valesse a pena desmentir ou esclarecer» (41).

3. A ruptura e o castigo

Desta correspondência travada entre o chefe da revolução dezembrista e o nosso ministro em Londres resultam como claras duas ideias. Por um lado, que é preocupação evidente de Sidónio Pais assegurar aos ingleses que a revolução triunfante a 8 de Dezembro de 1917 não tinha cariz germanófilo, não podendo de algum modo assemelhar-se à que em Novembro desse mesmo ano eclodira na Rússia, levando os bolchevistas ao poder; que a revolução lisboeta era, portanto, retintamente republicana, conservadora e respeitadora dos compromissos internacionais anteriormente assumidos, a começar pelo nosso alinhamento no campo dos Aliados no conflito europeu e africano; que o Presidente da República, Bernardino Machado, se demitira, partindo para o exílio e transferindo-se deste modo os poderes inerentes à sua magistratura para o Governo formado a 11 de Dezembro; em suma, que o novo Governo lusitano, apesar do seu molde obviamente antiguerrista, não renegava, pelo menos oficialmente, a opção beligerante antigermanica, não incorrendo portanto em qualquer crime de «renversement d'alliances» pró-Impérios Centrais.

Por outro lado, no tocante à acção do próprio Teixeira Gomes, é também evidente que este, em-

bora esquivando-se a responder às claras injunções de Sidónio Pais — chefe do Governo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Guerra — quanto à sua posição pessoal no respeitante ao novo regime saído do golpe de Dezembro, vai desempenhando com fidelidade as instruções que recebe do novo regime lisboeta. Recusa-se, é certo, a responder ao telegrama do dia 13 de Dezembro, no qual Sidónio o intimava a dizer qual a sua «atitude perante a mudança política determinada pelos acontecimentos revolucionários e se acata novo Governo constituído. Peço resposta imediata» (42). Esta atitude, embora formalmente correcta no desempenho perfunctório do seu cargo, irá valer-lhe a demissão, no começo do ano seguinte. Hostil a Teixeira Gomes, como já referimos, o jornalista Rocha Martins acusaria mais tarde o nosso ministro, em artigo escrito em 1923, de ter desacreditado o País em finais de 1917, «falando»; e explica:

«Vinhã-lhe os jornalistas perguntar-lhe o que passara; ele que recebera as notas do governo claras, iniludíveis, explicativas da vitória sobre a demagogia, dizia ser tudo contrário à nação; dava a entender que não se mandaria mais ninguém para a guerra, e como os ingleses queriam os nossos soldados para esgarçar as suas trincheiras e fazer os seus fretes, aquelas declarações de Teixeira Gomes and Co. causaram alarme na praça porque a Inglaterra não passa de um grande mercado onde os secravos destinados à venda — os bravos irlandeses — dão, de quando em quando, a nota da existência de almas rebeldes (...). Esquecido da sua nacionalidade, o ministro de Portugal levanta contra o País, no primeiro tempo da revolta vencedora, a má vontade dos britânicos; em Paris, o senhor João Chagas faz o mesmo, indispondo contra a pátria os franceses. Sidónio Pais, não podendo chamar a Lisboa, este que se demitira, num rasgo, mandou vir aquele que não tivera a coragem de se despojar do cargo» (43).

Quanto à atitude de João Chagas, este mesmo nos deixou sucinto relato da sua atitude (44), referindo também idêntico gesto tomado pelo nosso adido militar em Paris, o coronel João Ortigão Peres (45).

Rocha Martins, ao atacar desta forma o então candidato dos democráticos à eleição presidencial de 1923, não nos dá todavia provas do que afirma (46), limitando-se a acrescentar que, uma vez

chamado a Lisboa, se viu Teixeira Gomes exprobadado pela sua «má-fé» e «obediência a Brito Camacho que — vendo a revolução em mãos alheias — lhe ordenara aquele passo. No fim, o vencedor prendeu-o nos seus aposentos, em vez de o mandar para uma fortaleza como traidor às vontades da nação»⁽⁴⁷⁾.

O que, na verdade, se passou entre Teixeira Gomes e Sidónio Pais não foi exactamente o narrado por Rocha Martins nos seus cáusticos *Fantoches*. Dispomos aliás, para conhecer melhor este passo, do depoimento lavrado pelo próprio Teixeira Gomes, numa espécie de diário descozido que nos deixou e foi publicado no volume póstumo *Londres maravilhosa e outras Páginas dispersas*⁽⁴⁸⁾, em 1942, ou seja, um ano depois da sua morte no exílio argelino. Reconstituamos pois os factos.

Chamado a Lisboa em Janeiro de 1918, Teixeira Gomes volta para o nosso País passando por Paris, onde tem demorada conferência com o autodemitido João Chagas⁽⁴⁹⁾, e Madrid, onde visita o Museu do Prado. A 17 de Janeiro chega a Lisboa, instalando-se no Hotel Avenida Palace, que Sidónio transforma em sua residência provisória. No dia seguinte, 18, vai à estação do Rossio esperar Sidónio, cumprimentando-o depois na Câmara Municipal. «À noite vi-o no Avenida Palace e disse-me que me recebia amanhã (nas Necessidades) às 14 horas (...). Machado dos Santos — Ficou de vir jantar comigo para saber a situação internacional.

Dia 19 — Sidónio Pais. Fui vê-lo. Falou-me da situação da imprensa inglesa e disse-me que não tinha havido por parte da Legação a necessária propaganda sobre a revolução de 5 de Dezembro; respondi-lhe que a acção da Legação sobre a imprensa inglesa era nula. Replicou-me que em Berlim tivera a imprensa sob a sua influência ser ter empregado outros meios além da persuasão e como eu lhe observasse que a atitude da imprensa inglesa fora favorável ou pelo menos não fora hostil à Revolução, queixou-se de um artigo do *Times* (correspondência de Lisboa) que apareceu a 8 de corrente. Depois disse que houvera na minha atitude para com os negócios da guerra uma mudança; expliquei-lhe que a minha atitude foi sempre cumprir a aliança e não entrar na guerra sem que fosse invocada a aliança. Disse depois que a atitude que eu tomara na Inglaterra, de resto, cumprindo as instruções do meu Governo, me incompatibilizara com a defesa do caminho que este Governo agora queria seguir e assim julgava que eu devia pedir a demissão.

Disse-lhe que concordava absolutamente com as suas vistas e perguntei se era a demissão pura e simples ou com passagem à disponibilidade. Respondeu, depois de várias reflexões, que sem passagem à disponibilidade (...). Disse-me que já não era unionista, que não tinha partido algum, que a circunstância de haver no Ministério alguns membros unionistas não significava que esse partido ali dominava e que agora o que havia era um partido nacional.

Brito Camacho — Conte-lhe à noite, na *Luta* (e ao A. de Vasconcelos) o que se passara com o Sidónio Pais»⁽⁵⁰⁾.

Neste depoimento, a vários títulos de grande interesse, vemos Teixeira Gomes admitir a sua hostilidade ao dezembrismo, a confissão expressa de Sidónio no sentido de querer formar um novo agrupamento político — o tal «partido nacional» que acabaria por se chamar Partido Nacional Republicano, mais alicerçado nos centristas de Egas Moniz do que nos unionistas de Camacho, esse antigo chefe político do ex-ministro de Portugal em Berlim —, e a constante relação do escritor algarvio com o dirigente partidário alentejano. Efectivamente, no dia seguinte, o diário de Teixeira Gomes refere uma ida à *Luta*, onde se avista com Augusto de Vasconcelos, que Sidónio iria escolher como seu sucessor de Legação em Londres. Informa-o o antigo presidente do segundo governo constitucional — aquele em que Sidónio Pais foi ministro das Finanças, antes de partir para Berlim como ministro plenipotenciário, em 1912 — que, de facto, vai ser pedido à Inglaterra o seu «agrément» para o lugar em Londres. A 18 de Julho, Augusto de Vasconcelos partiria para Londres, vindo a fazer uma brilhante carreira diplomática posterior⁽⁵¹⁾. Entretanto, era colocado em Madrid o Dr. Egas Moniz.

Alguns dias volvidos, quando regressava ao hotel, cerca das 2 horas da madrugada⁽⁵²⁾, Teixeira Gomes é interpelado por três polícias encarregados pelo juiz de instrução criminal de lhe perguntar se tinha algum passaporte ou documento diplomático dado pela Legação inglesa; como respondesse negativamente, levaram-lhe então o passaporte que trouxera de Londres e comunicaram-lhe que se devia considerar detido no hotel, no seu quarto. A 26 de Janeiro era ali interrogado, durante mais de três horas, pelo juiz Alfeu Cruz, que o queria ouvir sobre a sua actuação em Londres a seguir à revolução. Para comprovar a sua lisura, Teixeira Gomes desloca-se então ao Ministério dos Negócios Estran-

geiros no dia 28 desse mês, pedindo que comunicassem ao «Foreign Office», por intermédio do ministro inglês em Lisboa, Sir Lancelot Carnegie — «Sir» Lancelot Douglas Carnegie foi ministro inglês em Lisboa desde 1913 a 1924, altura em que a Legação britânica em Portugal era elevada à categoria de embaixada; aqui continuou até 1928. O seu antecessor, Arthur Harding, serviu em Lisboa desde 1911 a 1913, sendo precedido nesse cargo, como se disse, por «Sir» Villiers — as acusações que lhe eram feitas, seguro de que estas seriam desmentidas pelos britânicos. No dia 4 de Fevereiro, às 7 horas da manhã, vem o chefe da Polícia informá-lo de que está livre, podendo partir para onde quiser. Teixeira Gomes mostra interesse em ir primeiro à Figueira da Foz e só mais tarde para o seu Algarve natal. Iniciava então o seu exílio na Pátria, que duraria apenas o curto tempo que o próprio sidonismo tinha ainda de existência, durante aquela «très longue année de 1918» (como o escritor evocava numa carta de 1919, a um amigo estrangeiro) ⁽⁵³⁾. E, já restituído à carreira diplomática por José Relvas, servindo agora em Madrid antes de ser de novo colocado em Londres, Teixeira Gomes, escrevendo a outro amigo, começava por notar: «Je ne saurais pas dire à un étranger, même quand il serait, comme vous, un de mes meilleurs amis, les raisons qui m'ont empêché pendant toute une longue année de donner de mes nouvelles (...)» ⁽⁵⁴⁾.

Caído o sidonismo, nomeado Relvas para a chefia do ministério (27-I-1919), liquidada as aventuras restauracionistas dos monárquicos que Sidónio Pais tanto favorecera, até à imprudência de lhes confiar as rédeas do poder político e militar, Teixeira Gomes vê-se enfim restituído às funções diplomáticas, sendo colocado primeiro em Madrid, para onde partiu a 11 de Fevereiro de 1919. Mas acabaria por voltar ao seu posto em Londres, a 24 de Abril desse mesmo ano. Fez ainda parte da delegação portuguesa à Conferência de Paz e chefou a nossa delegação junto da S. D. N., o mesmo organismo internacional onde Augusto de Vasconcelos faria tão dilatada quanto brilhante carreira. Quanto a Teixeira Gomes, estava-lhe porém destinada ainda mais difícil missão, a de assumir a chefatura do Estado a partir de Agosto de 1923: «ministro dos democráticos em Inglaterra», como lhe chamou Rocha Martins em 1919 ⁽⁵⁵⁾, seria proposto por Afonso Costa ao lugar de Presidente da República, após o fim do mandato de António José de Almeida. Os congressistas que em 6 de Agosto de 1923 se reuniram para o escrutínio tinham a esco-

lher entre o nosso ministro em Londres, Bernardino Machado, Duarte Leite, Augusto Soares (que fora Ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete afonsista derrubado pela revolução de dezembro) e Sebastião de Magalhães Lima. Teixeira Gomes foi eleito por 121 votos, cabendo aos restantes, pela ordem indicada, respectivamente 5, 3, 2 e 1 votos. A 3 de Outubro desse ano, jurava solenemente cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem geral da Nação. Ia começar o seu difícil mandato, pontuado por crises, revoluções e uma contínua degradação do regime que Teixeira Gomes servira desde a sua implantação em 1910. A 10 de Dezembro de 1925 resignaria enfim do seu cargo, abrindo o caminho ao regresso de Bernardino Machado. Voltava a viajar, acabando por se fixar, em voluntária expatriação desde 1931, numa cidade costeira da Argélia, em Bougie, onde havia de falecer dez anos mais tarde, no quarto n.º 13 do Hotel de l'Etoile, a 18 de Outubro de 1941. Escritor que a política transformou em diplomata, feito depois Presidente da República sem o necessário «tirocínio político» ⁽⁵⁶⁾, sofrendo com o sidonismo o primeiro grande percalço da sua vida, Teixeira Gomes, exilado na Argélia já depois do triunfo do golpe de Braga de 1926, podia medir então até que ponto o tal «pesadelo de doze meses que durou a aventura sidonista» — como dizia numa carta de 1919, a Afonso Costa ⁽⁵⁷⁾ — renasceria, após alguns tentames desastrosos e malogrados (o 18 de Abril e o 19 de Julho de 1925) durante o seu mandato como Presidente da República, para se constituir afinal como regime ditatorial de coriácia duração e longa permanência histórica, em tudo oposto àquilo que, para os portugueses crentes no renovo nacional trazido pelas esperanças de 1910, a palavra República significara. Céptico, Teixeira Gomes antevira já, em 1912, que o futuro português era «negro» (sic) e que sobre os homens que tinham feito a República pesavam responsabilidades tremendas de que um dia teriam de dar severíssimas contas. E observava: «Não, esses homens [os republicanos] nunca se entenderão, pelo simples motivo de que ignoram absolutamente a significação dos pontos principais sobre que se deviam entender. Faço-lhes justiça julgando-os apenas estúpidos» ⁽⁵⁸⁾. O facto de estas palavras serem endereçadas precisamente a João Chagas torna ainda mais significativo e dramático o sentido de semelhante sentença e o alcance profético de tal desalento.

Lisboa, Janeiro de 1981

Notas

Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais

(¹) *Ilustração Portuguesa*, n.º 267, de 3-IV-1911, p. 441 (com fotografia de Teixeira Gomes e outra de João Chagas).

(²) M. Teixeira Gomes, carta de Londres, de 13-VI-1911, in *Correspondência*, I (*Cartas para Políticos e Diplomatas*), colect., introd. e notas de C. Branco Chaves, Lisboa, Portugal, 1960, p. 38.

(³) M. Teixeira Gomes, op. cit., p. 20 (carta de 20-IV-1911).

(⁴) M. Teixeira Gomes, op. cit., vol. II, carta de 15-V-1914, para Brito Camacho, pp. 163-164.

(⁵) Para os dados biográficos de M. Teixeira Gomes baseámo-nos sobretudo no conhecido estudo de Norberto Lopes, *O Exilado de Bougie. Perfil de Teixeira Gomes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942. Joaquim António Nunes publicou recentemente uma modesta biografia de M. T. G., *Da Vida e da Obra de Teixeira Gomes*, Lisboa, 1976, aliás baseada na anterior. Por seu turno, Castelo Branco Chaves dedicou a T. G. dois opúsculos publicados pela Seara Nova: *M. Teixeira Gomes*, Lisboa, Seara Nova, 1934, 24 p.; e *Teixeira Gomes Diplomata*, Lisboa, Seara Nova, 1943.

(⁶) O *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1878-79* não menciona o nome de Teixeira Gomes entre os estudantes de medicina, o mesmo sucedendo no ano seguinte.

(⁷) Citado por A. J. da Costa Pimpão, *Fialho*, Coimbra, 1943, p. 31.

(⁸) Angelo Vaz, *Bernardino Machado. Sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto, 1950, p. 145.

(⁹) Rocha Martins, panfleto semanal *Fantoches*, Lisboa, n.º 13, de 31-III-1923, p. 1. A revista levava como subtítulo: «Bastidores da Política e dos Negócios». Recorde-se que Francisco José da Rocha Martins (Belém, 1879 — Sintra, 1952) teve uma trajectória político-ideológica invulgar: sendo monárquico constitucionalista, militou no franquismo, no sidonismo e colaborou na *Batalha*, órgão

da C. G. T., e no *República*, durante o «Estado Novo», acabando as suas metamorfoses políticas como socialista.

(¹⁰) N. Lopes, op. cit., p. 75. Este autor engana-se porém, ao afirmar que era então ministro inglês em Lisboa Lancelot Carnegie, quando na verdade se tratava de Sir Francis Villiers, que desde 1906 se encontrava em Lisboa.

(¹¹) João Chagas, *Diário*, vol. I, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930, pp. 169-170.

(¹²) Sobre a intervenção de Portugal na primeira guerra mundial e, em especial, o papel de Teixeira Gomes como nosso representante em Londres nessa fase, consultem-se, além das obras já referidas, *Livro Branco. Portugal no Conflito europeu. Primeira parte: Negociações até à declaração de guerra. Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920 (os documentos aqui apresentados vão de 1-VIII-1914, carta de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, até 9-III-1916, carta de Rosen a Augusto Soares). *Colecção de Tratados, Convenções e outros Actos públicos internacionais relativos a Portugal*, Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 2 vols., 1969 e 1971. Brito Camacho, *Portugal na Guerra*, Lisboa, Guimarães, s.d. B. Camacho, *Rescaldo da Guerra*, Lisboa, Guimarães, 1936. João Chagas, *Portugal perante a Guerra*, Ed. do A., Porto, 1915. J. Chagas, *Diário* 4 vols., Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1930-1932. Príncipe Lichnowski, *My Mission to London, 1912-1914*, Londres, Cassel, 1918. Armando Marques Guedes, *A Aliança Inglesa*, Lisboa, 1939. Luís Vieira de Castro, *A Europa e a República portuguesa*, Coimbra, Lumen, 1922. John Vincent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975. Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980. José de Almada, *A Aliança Inglesa*, Lisboa, 2 vols., 1946-1947. General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, 2 vols., Atica, 1934 e 1938. General F. Martins, *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-18*, Lisboa, 1942. *Palavras claras*.

Razões da Intervenção de Portugal na guerra europeia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917. Do próprio M. Teixeira Gomes, é indispensável a já referida edição das suas cartas (*Cartas para Políticos e Diplomatas*, 2 vols., 1960, apresentação e notas de C. B. Chaves).

⁽¹³⁾ Apud N. Lopes, op. cit., pp. 126-127. O autor não cita o nome do destinatário desta confidência feita por M. T. G. em carta.

⁽¹⁴⁾ Citaremos a documentação existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Palácio das Necessidades), Legação Portuguesa, Londres para Lisboa, 1917, série A. Citaremos fundamentalmente dois relatórios de M. T. G., onde o nosso ministro na Inglaterra inventaria toda a correspondência recebida de Lisboa e para aqui enviada (telegramas): o ofício n.º 85, de 20-XII-1917, com 7 páginas; e o ofício n.º 86, de 31-XII-1917, de 5 páginas. A citação acima referida é do n.º 85, p. 1. Os dois ofícios encontram-se na caixa n.º 19 da correspondência da Legação de Londres para Lisboa. Agradecemos ao Dr. Álvaro Ferrand de Almeida, Director da Biblioteca e Arquivo do M. N. E., a amável autorização de consultarmos estes documentos.

⁽¹⁵⁾ Arq. M. N. E. (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros), ofício n.º 85, loc. cit.

⁽¹⁶⁾ Idem, p. 2.

⁽¹⁷⁾ Idem, p. 3.

⁽¹⁸⁾ Idem, p. 4.

⁽¹⁹⁾ Idem, loc. cit.

⁽²⁰⁾ Veja-se a reportagem fotográfica desta visita ao estrangeiro em *Ilustração Portuguesa*, n.º 611 e 612, de 15-XI-1917 e 22-XI-1917.

⁽²¹⁾ João Chagas, *Diário*, vol. III, pp. 2-5.

⁽²²⁾ A *Ilustração Portuguesa*, n.º 617, de 17-XII-1917, inclui diversas fotos dessa visita da missão militar inglesa aos acampamentos dos vencedores da revolução de Dezembro: Bernardiston, acompanhado pela esposa, no acampamento do Parque Eduardo VII e no quartel de artilharia onde S. Pais o recebeu (p. 495); Machado Santos acompanhado por uma senhora da comitiva britânica (idem); outras fotos na p. 496.

⁽²³⁾ Arq. M. N. E. (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros), n.º 85, p. 4.

⁽²⁴⁾ Idem, loc. cit.

⁽²⁵⁾ Idem, p. 6; o telegrama é de 16-XII-1917, tendo sido recebido no mesmo dia.

⁽²⁶⁾ Veja-se João Maria Ferreira do Amaral (1876-1930), *A Mentira da Flandres e... o Medo*, Lisboa, J. Rodrigues Editores, 1922; maxime: pp. 336 e segs. (o 5 de Dezembro) e 356 e segs. (S. Pais).

⁽²⁷⁾ Sobre a «traição» sidonista, veja-se Augusto Casimiro, *Sidónio Pais. Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Guerra*, Porto, Livraria Chardron, 1919. Eduardo de Sousa, *O Decebrismo e a sua Política na Guerra (Para a história do decebrismo)*. Depoimento de uma testemunha, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1919. São ainda de algum interesse para este problema: Raul Brandão, *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933; maxime, pp. 91-103; e António de Albuquerque (1866-1923), *Sidónio na Lenda. Estudo crítico*, Lisboa, Lumen, 1922; pp. 59-61.

⁽²⁸⁾ Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, 2.ª ed., Lisboa, Portugália, 1969, p. 121 (itálico no original).

⁽²⁹⁾ Arq. M. N. E., p. 7.

⁽³⁰⁾ Cf. Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra*, p. 194.

⁽³¹⁾ Cit. por H. T. Gomes, op. cit., p. 218 (nota 299).

⁽³²⁾ Arq. M. N. E., n.º 86, p. 2 (telegrama de 19-XII-1917). Sobre a guerra em Moçambique, veja-se Gomes da Costa, *A Guerra nas Colónias, 1914-1918*, Lisboa, Por-

tugal-Brasil, s.d.; e António de Cértima, *A Epopeia Mal-dita*, Lisboa, Ed. do A., 2.ª ed. (4.º milhar) com posfácio de Gomes da Costa, Lisboa, 1925. A guerra na nossa colónia na África Oriental começara no Verão de 1916, sendo então Governador de Moçambique Álvaro de Castro; em Outubro desse ano dão-se os combates de Newala e Kiwambo. Em Setembro chegava a Moçambique novo comandante militar, o coronel Sousa Rosa. A 25 de Novembro dava-se o combate de Negomano, durante o qual faleceu o major Teixeira Pinto. No mesmo mês os alemães atacavam de novo, agora em Nanguar. Em Janeiro de 1918 a actividade dos alemães concentrou-se no distrito de Moçambique e no de Quelimane; Álvaro de Castro, que entretanto se demitira, era substituído pelo coronel Massano de Amorim. Em Agosto de 1918, com o regresso dos alemães ao território do Tanganica, a guerra cessava em Moçambique.

⁽³³⁾ Arq. M. N. E., n.º 86, loc. cit.

⁽³⁴⁾ Eis a constituição do Governo nomeado a 11-XII-1917:

Presidente do Ministério, *Sidónio Pais*
Interior, *Machado Santos*
Justiça, *Alberto de Moura Pinto*
Finanças, *António dos Santos Viegas*
Guerra, *Sidónio Pais*
Marinha, *António Aresta Branco*
Negócios Estrangeiros, *Sidónio Pais*
Comércio, *Francisco Xavier Esteves*
Colónias, *João Tamagnini Barbosa*
Instrução Pública, *Alfredo de Magalhães*
Trabalho, *José Feliciano da Costa*

Cf. Orgânica Governamental, sua Evolução e Elencos ministeriais constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972, Lisboa, S. E. I. T., 1972, p. 31.

⁽³⁵⁾ Arq. M. N. E., n.º 86, p. 3 (teleg. de 20-XII-1917).

⁽³⁶⁾ Idem, loc. cit. (telegrama de 20-XII-1917, recebido em Londres a 21-XII-1917).

⁽³⁷⁾ Idem, ibidem.

⁽³⁸⁾ Idem, p. 4 (telegrama de Londres para Lisboa, de 22-XII-1917).

⁽³⁹⁾ Idem, pp. 4-5 (telegrama de Lisboa para Londres, de 23-XII-1917, recebido no dia seguinte).

⁽⁴⁰⁾ Idem, p. 5 (final do ofício de M. T. G. para Sidónio Pais, com a data de 31-XII-1917). Com este documento encerram-se as trocas entre Teixeira Gomes e Sidónio, sendo o primeiro chamado a Lisboa, como adiante se esclarece. Na caixa 19 existe ainda um ofício, o n.º 87, de 31-XII-1917, que é apenas um aditamento ao ofício n.º 77, de 21-XI-1917. O primeiro ofício de 1918 é já assinado por Tovar.

⁽⁴¹⁾ Arq. M. N. E., telegrama de S. Pais de 13-XII-1917, n.º 85, p. 5. Eis o texto integral desse telegrama:

«Ministre Portugal Londres

Não tendo recebido telegrama algum de V. Ex.ª depois constituição junta revolucionária de que V. Ex.ª foi pelo telégrafo informado ignorando mesmo se fez a esse Governo a comunicação indicada meu telegrama dia 10 de Dezembro preciso saber qual a atitude de V. Ex.ª perante a mudança política determinada pelos recentes acontecimentos revolucionários e se acata o novo Governo constituído. Peço resposta imediata.

SIDÓNIO PAIS»

⁽⁴²⁾ Rocha Martins, *Fantoches*, n.º 13, 31-III-1923, pp. 2-3.

⁽⁴³⁾ João Chagas, *Diário*, II, pp. 336-337.

⁽⁴⁴⁾ João Ortigão Peres (1872 — Paris, 15-III-1918), oficial do exército, assentou praça em Caçadores 5 em

1888, frequentou a Escola do Exército onde terminou o curso de Infantaria em 1890, sendo promovido a alferes em 1891; terminou o curso de Estado Maior em 1899; capitão em 1902; esteve em Angola, tomando parte, sob a direcção de Massano de Amorim, nas operações do Bailundo; serviu depois em Cabo Verde (1904); em 1908 era nomeado lente adjunto da Escola do Exército, passando a efectivo em 1912, altura em que é promovido a major. Participa no congresso republicano da Figueira da Foz de 1914, serve de novo em Angola (1915), altura em que é promovido a tenente-coronel. Em 9-I-1917 é nomeado adido militar português em Paris, ao mesmo tempo que representante do nosso exército junto do general Nivelle; coronel em 30-VII-1917. Após a revolução sidonista de 1917, Ortigão Ramos pede a demissão do seu posto diplomático-militar e requer a sua integração no C. E. P. para ir combater para a frente, o que lhe foi concedido. Morreu porém antes de partir para a frente. Chagas refere-se-lhe no seu *Diário*. Em Arcachon, onde então se encontrava, Chagas recebe um telegrama do jornalista Paulo Osório informando-o de que Ortigão Peres acabara de falecer: «Pobre Ortigão Peres! Este é bem uma vítima da República. Entrou nela, depois do seu triunfo, para encontrar um destino e que se lhe abria de par em par, pois a República foi o paraíso dos monárquicos e o inferno dos republicanos. O golpe de Sidónio Pais foi-lhe direito ao coração. O seu primeiro movimento foi nobre. A sua situação de adido militar tornava-o feliz. Paris não lhe trouxera satisfações espirituais, de que ele de resto não carecia, mas fizera-lhe conhecer pela primeira vez a vida sob um aspecto agradável, longe dos sertões africanos, longe do seu Algarve e da intrighada dos seus eleitores, longe de Lisboa e das suas revoluções (...). Além disso, ao abrigo das vicissitudes da guerra, bem pago. Quando o Sidónio veio, não hesitou. Pelas suas próprias mãos deitou este sonho abaixo e pelo telégrafo demitiu-se. A partir de então começámos a vê-lo definir-se, a emagrecer.» (*Diário*, III, pp. 30-31). Como tantos «adesivos» (monárquicos que aderiram ao novo regime implantado em 1910), Ortigão Peres estava filiado no Partido Democrático, o que não o impedia de atribuir a Afonso Costa — conta-o ainda Chagas — todas as desgraças sucedidas em Portugal: «Aparecia-me às vezes em casa, batendo os tacões, e berrando contra o Afonso Costa que dizia ele, fora o autor de tudo aquilo» (op. cit., p. 31). Era conhecido em Paris pela alcunha de «beau colonel» (idem, p. 33).

(⁴⁶) Veja-se Rocha Martins, *Os Fantoches*, n.º 13, pp. 2-3.

(⁴⁷) Rocha Martins, op. cit., p. 3.

(⁴⁸) Manuel Teixeira Gomes, *Londres Maravilhosa e Outras Páginas dispersas*, Lisboa, Seara Nova, 1942 (posf. de Castelo Branco Chaves), 143 p. + XVI (posf.).

(⁴⁹) João Chagas autodemituiu-se em Dezembro de 1917 (cf. *Diário*, II, p. 337).

(⁵⁰) M. Teixeira Gomes, *Londres maravilhosa...*, pp. 105-106.

(⁵¹) O médico Augusto César de Almeida Vasconcelos (Lisboa, 1867 — Lisboa, 21-IX-1951), concluiu o seu curso de Medicina em 1891; em 1903 era nomeado lente substituto e em 1906 lente catedrático de Anatomia Descritiva e Topográfica. Republicano desde muito novo, colaborou na *Pátria* de Higino de Sousa e era presidente da Comissão

Municipal do P. R. P. quando se deu a revolução de 1910. Foi nomeado a 23-III-1911 para o lugar de ministro português em Madrid, sendo exonerado a 12-X-1911 para vir sobraçar a pasta dos Negócios Estrangeiros no governo presidido por João Chagas; sucedeu-lhe à frente do segundo Governo constitucional, aquele em que Sidónio Pais foi Ministro das Finanças; o seu governo durou de 11-XI-1911 a 4-VI-1912. Substituiria Teixeira Gomes em Londres, durante o consulado sidonista. Criada a Sociedade das Nações, Augusto de Vasconcelos dedicou-lhe a sua energia a partir de 1922. Ao abandonar Genebra, o historiador espanhol Salvador de Madariaga louvou a acção do nosso compatriota naquele forum internacional. Em Maio de 1935 foi eleito presidente da S. D. N. Em 9-X-1937, tendo atingido o limite de idade, foi exonerado do seu posto naquela organização internacional. Militara desde o início no Partido Unionista de Camacho, tendo sido colaborador na *Luta* mesmo antes do advento da República.

(⁵²) M. Teixeira Gomes, *Londres...*, pp. 109 segs.

(⁵³) M. Teixeira Gomes, carta a Eyre Crowe, de Madrid, de 16-II-1919, in *Correspondência*, II, p. 47.

(⁵⁴) M. Teixeira Gomes, carta de 18-II-1919, *Correspondência*, II, p. 99.

(⁵⁵) Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, 1921, p. 145. Na mesma obra, Rocha Martins refere também a acção de João Chagas em Paris, combatendo o sidonismo junto dos meios jornalísticos franceses que frequentava (op. cit., p. 106); note-se que o arqui-inimigo de Chagas, o jornalista Homem Cristo Filho, vivendo também na capital francesa, foi por Sidónio nomeado na altura chefe da propaganda portuguesa, mais exactamente, «Director dos Serviços de Informação nos países Amigos e Aliados», cargo que só abandonaria em Janeiro de 1919, após a queda do Governo Tamagnini Barbosa; para melhor aderir à causa sidonista, não hesitara mesmo em desligar-se da causa monárquica, fazendo-o numa carta a Aires de Ornelas, publicada n.º *A Situação* (o órgão oficial do sidonismo, dirigido por Jorge Botelho Moniz) a 15-V-1918; sobre a actuação de H. Cristo Fialho, veja-se o nosso estudo «Os Primeiros Fascistas Portugueses» in *Vértice*, n.º 400-401, Setembro-Outubro de 1977, pp. 591-65; e Cecília Barreira, «Homem Cristo (Filho): o primeiro fascista português» in *História*, n.º 22-23, Agosto-Setembro de 1980, pp. 38-45.

(⁵⁶) Rocha Martins transcreve as declarações de Bernardino Machado no seu artigo «Como se engendra um sans-culotte», in *Fantoches*, n.º 39, 29-IX-1923, p. 8. O mesmo jornalista dedicou outros artigos a M. T. G. nos seus *Fantoches*: «A máscara do aventureiro», n.º 32, 11-IX-1923, pp. 1-5; no mesmo número, o artigo (antologia) «Autobiografia do senhor Teixeira Gomes», pp. 10-15. No artigo «Como se engendra um sans-culotte», Rocha Martins vê em M. T. G. uma imposição de Afonso Costa, que assim continuaria a ser, em Paris, «o Rei dos Reis, para as adjacências e seu eleito — o senhor Teixeira Gomes» (p. 9).

(⁵⁷) M. Teixeira Gomes, carta a Afonso Costa, de Madrid, 2-III-1919, *Correspondência*, II, p. 105.

(⁵⁸) M. Teixeira Gomes, carta a João Chagas, de 5-XI-1912, *Correspondência*, I, p. 83.

